



República de Moçambique

**PELA PREVENÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E
TRANSNACIONAL**

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na cerimónia de abertura do Ano Judicial.

Maputo, 01 de Março de 2016

Venerando Presidente do Tribunal Supremo,

Venerando Presidente do Tribunal Administrativo,

Digníssima Procuradora Geral da República,

Veneranda Juíza Conselheira, em representação do Venerando Presidente do Conselho Constitucional,

Digníssimo Provedor de Justiça,

Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República,

Senhor Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos,

Ilustre Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique,

Senhora Governadora da Cidade de Maputo,

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo,

Caros Advogados, Magistrados e Oficiais de Justiça,

Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras, meus Senhores.

É com renovada honra que, mais uma vez, participamos da cerimónia solene de Abertura do Ano Judicial que neste ano decorre sob o lema ***“Pela Prevenção e Combate ao Crime Organizado e Transnacional”***.

Em nome do Governo, e em meu nome pessoal, saúdo de forma cordial, a todos os actores da justiça em todo território nacional, pelo início de mais um ano de trabalho.

Desde os primeiros dias do presente ano, temos vindo a ser confrontados com o drama causado pelas intempéries, que tem atingido vários concidadãos ao longo do nosso País.

Queremos aproveitar esta ocasião para reiterar a nossa determinação em prosseguir com os esforços visando minimizar o sofrimento das famílias afectadas, refiro-me às enxurradas nas Províncias do centro e norte e seca e estiagem na zona sul e um pouco no centro do País.

Infelizmente, assistimos igualmente nos últimos dias, o reiniciar da violência protagonizada por homens armados confirmados da Renamo, que declaradamente anunciaram os ataques que decorrem na região centro do País.

Ilustres Juízes e Magistrados, Advogados, Agentes da Lei e Ordem, Oficiais da Justiça, minhas Senhoras e meus Senhores. Pese tal situação, a nossa determinação pela manutenção da Paz permanece inabalável.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O lema escolhido para a abertura do Ano Judicial, remete-nos à avaliação sobre os caminhos que percorremos e os desafios que ainda temos para enfrentar o crime organizado e transnacional.

Este lema, é a vossa proposta e resposta ao nosso apelo no discurso inaugural, quando afirmamos que, o combate à criminalidade, em particular o crime organizado, será implacável de modo a que todo e qualquer cidadão moçambicano ou estrangeiro, se sinta tranquilo e protegido.

Esta é a forma que encontraram para a implementação do nosso discurso, não esperar que as coisas aconteçam sozinhas, por vezes revendo o que dissemos do fundo do nosso coração.

A mediatização de casos de criminalidade perpetrada por grupos criminosos organizados, alerta-nos para a preocupante realidade de que o nosso País já não é uma ilha quando se trata do crime organizado transnacional.

Além de ponto de trânsito, existem indícios preocupantes da actuação e estabelecimento de algumas redes criminosas transnacionais no nosso solo pátrio, o que exige dos diversos integrantes da grande família da administração da justiça uma actuação cada vez mais coordenada e consciente.

O crime organizado transnacional, dada à sua transversalidade, exige por parte dos Estados, novas formas de abordagem para a sua prevenção e combate, as quais passam pela adopção de medidas legislativas, a promoção da cooperação internacional e a capacitação de toda a máquina judiciária para melhor lidar com o fenómeno.

Podemos citar a consagração do princípio da jurisdição universal, a criminalização da associação criminosa, do branqueamento de capitais, do financiamento ao terrorismo, da corrupção, do tráfico de pessoas e do tráfico de estupefacientes como alguns dos exemplos mais marcantes da acção do Estado Moçambicano se conformar aos instrumentos por ele ratificados.

O fabrico e tráfico ilícito de armas de fogo também faz parte dos instrumentos cujo os princípios ratificamos para a sua criminalização.

De igual modo, exploremos as diversas estruturas regionais e internacionais que Moçambique integra e que dão corpo as iniciativas de cooperação internacional entre autoridades judiciárias e autoridades policiais ou análogas.

Exemplo disso é o trabalho de organizações como a INTERPOL, a Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária de Língua Portuguesa e a SARPCO, que muito recentemente se reuniu em Maputo.

Apelamos para que, com o envolvimento de todos, se acelere o processo de reestruturação da Polícia, em particular a Polícia de Investigação Criminal que constitui um aliado precioso na prevenção e combate ao crime organizado.

O Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, sem prejuízo da independência dos poderes, deve liderar o processo, criando instrumentos estruturantes. É chegado o momento de resolver este problema.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Porque persiste a necessidade premente de controle e combate à criminalidade, reiteramos o apelo para uma actuação integrada e concertada das instituições de administração da justiça, esclarecendo de forma célere os casos reportados e penalizando os criminosos de forma exemplar.

Há também que manter a vigilância interna nas instituições do Estado, em particular nas instituições de administração da justiça, para que o crime organizado não encontre aliados que facilitem a impunidade dos seus agentes.

Os magistrados e os agentes da Lei e Ordem devem assumir as suas responsabilidades com coragem e determinação.

Devem pronunciar-se perante violações da Lei (casos de corrupção, jogo de influências, fuga ao fisco, concursos mal feitos, adjudicações directas, etc.), para que o Povo acredite na sua justiça.

Nesse sentido, podem iniciar com coisas simples e legisladas para não ir à caça das bruxas, iniciando dentro do sistema judiciário, purificando as fileiras e responsabilizando os infractores.

Distintos convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

O crime organizado transnacional, mais do que um problema jurídico, é um fenómeno sociológico.

Na estratégia de prevenção e combate a este mal, temos que enraizar, em cada um de nós e nas nossas instituições, os princípios éticos, os valores e os deveres da cidadania.

Neste aspecto, a responsabilidade é partilhada entre o Governo, as instituições de administração da justiça, empresas, instituições de ensino, instituições religiosas e cada cidadão.

Estamos certos de que todos compartilhamos desse desafio, pelo que juntos temos que superar a indiferença perante o avanço deste mal e assumir a luta como nossa, de todos nós e de cada um de nós.

À área da justiça, é chegada a hora de se envolver mais na procura de soluções e deixar de ser espectador.

Na expectativa de que cada um dos actores assuma as suas responsabilidades na prevenção e no combate ao crime organizado transnacional, desejo a todos um Ano Judicial com óptimo desempenho.

Com estas palavras, declaro aberto o Ano Judicial 2016.

Muito obrigado!